

A PARTICIPAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO DE PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS

Gabriella Coelho Motta Pizzani (UFMG)

Elidéa Lúcia Almeida Bernardino (UFMG)

1- INTRODUÇÃO

O ensino de Língua Portuguesa (LP) para surdos ainda é um desafio para muitos educadores, principalmente pela falta de reconhecimento de que o método usado na maioria das escolas comuns - relação fonema grafema - contempla somente as especificidades fisiológicas dos alunos ouvintes. Esse modelo não alcança os alunos surdos por diferentes motivos, dentre eles o fato de os surdos não possuírem acesso natural a uma língua oral auditiva, pela condição óbvia da surdez. Assim, durante as aulas de LP em escolas inclusivas, habitualmente são submetidos a situações ridículas e desestimulantes, mas corriqueiras nessa modalidade de ensino, como a imposição improdutiva de cópias de textos.

A recente conquista da comunidade surda, Lei 14.191/2021, que insere a educação bilíngue de surdos na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), nos deixa esperançosos com respeito à melhoria da oferta de uma educação de qualidade para os alunos surdos. Afinal, a mesma respeita e garante a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como língua natural e de instrução dos alunos surdos, e a LP escrita como língua adicional. Entretanto, no interior, o número de surdos em idade escolar muitas vezes é insuficiente para a estruturação de escolas ou classes bilíngues conforme prevê a legislação.

Nestes casos, exigir das famílias que possuem membros surdos o deslocamento para as capitais, possibilitando o acesso à escola bilíngue é colocar em risco a vida educacional desse aluno. Então, muitas famílias, diante das dificuldades, optam pela comodidade da educação inclusiva oferecida pelas escolas comuns, ainda que tenham ciência dos prejuízos que esta pode causar.

Conseqüentemente, muitos alunos surdos espalhados pelo Brasil estão submetidos à triste realidade de ensino de LP acima exposta, e a estes são oferecidos frequentemente, como único instrumento de acessibilidade ao ensino, o profissional tradutor intérprete de língua de sinais (TILS). Mesmo sabendo que a atuação do TILS educacional junto ao aluno surdo não é o suficiente para que todas as demandas desses alunos sejam atendidas, destaco esse profissional como elemento fundamental no seu processo de escolarização em escolas comuns, principalmente a dos pequenos centros urbanos, em virtude da escassez dos demais profissionais envolvidos no sucesso da escolarização inclusiva.

No entanto, vale destacar que os TILS educacionais que atuam nas escolas comuns geralmente ficam desperdiçados durante as várias aulas semanais de LP como L1, destinadas a alunos ouvintes e ministradas em salas regulares onde há alunos surdos incluídos. Vendo-se engessado nos limites impostos à sua função, por meio de uma formação comumente generalista, que não leva em consideração as especificidades de cada um de seus possíveis contextos de atuação profissional, acaba interpretando mecanicamente aquele contexto de comunicação ao aluno surdo ali presente, o qual não se beneficia de tais ensinamentos.

Todavia, quiçá uma capacitação complementar e/ou um planejamento prévio poderiam contribuir com sua atuação colaborativa, durante as aulas de LP supracitadas, juntamente com o professor titular da disciplina, no ensino LP como L2 para surdos, otimizando, portanto os momentos improdutivos tanto para ele enquanto profissional, quanto para o aluno surdo.

2- JUSTIFICATIVA

A população de surdos no Brasil, segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de cerca de 10 milhões de pessoas surdas. Isso equivale, portanto, a 5% da população brasileira (BRASIL, IBGE, 2010). Segundo BERNARDINO (2012) “os surdos são muitas vezes excluídos de contextos educacionais e profissionais, justamente por não terem um bom domínio do processo de produção e decodificação de textos em Português.” Com efeito, a pesquisa se torna pertinente, do ponto de vista social, considerando a necessidade desse contingente populacional se ver incluído na sociedade. De igual modo, não há inserção social de fato caso haja obstáculo à compreensão da LP – instrumento de comunicação majoritário em nosso país – cujo acesso não pode ser cerceado às pessoas surdas, incluindo a modalidade escrita.

Por derradeiro, do ponto de vista científico o presente estudo se justifica por trazer importantes implicações para o campo da educação bilíngue para surdos. Afinal, o Censo Escolar de 2016 registra que o Brasil possui, na educação básica, 21.987 estudantes surdos, 32.121 com deficiência auditiva e 328 alunos com surdo cegueira (BRASIL, INEP, 2016), sendo que grande parte desses inseridos em escolas comuns. Ao refletirmos sobre as dificuldades impostas aos alunos surdos no que diz respeito à aprendizagem de LP podemos reavaliar as práticas, a formação e os limites de atuação dos TILS educacionais, a fim de tornar a participação dos mesmos mais produtiva e efetiva neste processo, buscando não ferir preceitos éticos e/ou profissionais. Desse modo, diretrizes e bases da educação estarão sendo efetivamente cumpridos.

3- FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Considerando que os TILS comumente estão subordinados às limitações impostas à sua função e formação, geralmente são impedidos de participar de forma mais efetiva, colaborando com o processo de ensino aprendizagem de alunos surdos. Com isso, além dos fatores naturais que dificultam o acesso dos surdos a LP, novas barreiras desnecessárias vão sendo criadas e conseqüentemente acentuam o problema. Sendo portanto necessária a discussão de novas estratégias que confirmem maior acessibilidade no aprendizado da LP por alunos surdos incluídos nas escolas comuns, tornando mais efetiva a máxima da educação de surdos.

Desta maneira, é urgente a ressignificação do papel institucional do TILS educacional para que, de forma cooperativa, possa atuar de modo conjunto com o educador de LP no tocante especificamente ao processo de ensino aprendizagem da língua escrita para alunos surdos. Nessa conjuntura, levanta-se, como problema de pesquisa, o seguinte questionamento: O ensino colaborativo entre docentes de LP e TILS educacionais, pautado nos princípios da educação bilíngue para surdos, é estratégia favorável e possível ao processo de ensino aprendizagem de LP escrita e conseqüente superação de barreiras comunicacionais de alunos surdos inseridos em escolas comuns?

Nesse sentido, a problemática suscitada pretende investigar a eficácia das práticas e processos formativos de TILS para atuação pedagógica, juntamente com o professor de LP, no que diz respeito à educação de surdos, e ainda, se as mesmas contemplam os princípios de uma educação efetivamente bilíngue. Para tanto, a proposta está focada na análise da eficiência dos processos de ensino aprendizagem da LP para estudantes surdos atendidos por TILS educacionais no intuito de buscar inovações pedagógicas para o atendimento às reais necessidades educacionais desse público no desenvolvimento da língua escrita.

Isto posto, a hipótese a ser levantada é que o êxito na escolarização de alunos surdos, visando o domínio da LP na modalidade escrita, principalmente daqueles excluídos em pequenos centros urbanos, cuja única alternativa é estar inserido em um contexto regular de ensino desde as séries iniciais, depende da integração entre o professor responsável e o TILS educacional, atuando conjuntamente no processo de ensino aprendizagem dessa língua. Logo, a aplicabilidade dessa pesquisa demanda uma formação interdisciplinar de educadores possibilitando a efetiva cooperação desses profissionais na tarefa de ensinar LP para surdos.

4- OBJETIVOS

4.1- OBJETIVO GERAL

A presente pesquisa tem como objetivo desenvolver estratégias de ensino colaborativo entre professores de LP e TILS educacionais atentos aos princípios da educação bilíngue, que aperfeiçoem o processo de ensino aprendizagem dessa língua para alunos surdos incluídos em escolas comuns. Busca também fazer uma reflexão sobre o papel, a formação generalista e os limites de atuação dos TILS educacionais com intuito de aperfeiçoar o seu trabalho em benefício da formação acadêmica desses alunos.

4.2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) investigar a existência e ineficácia de políticas públicas educacionais para surdos no Estado de Minas Gerais e no âmbito federal, levando em conta as atualizações da LDB no que diz respeito a oferta da modalidade bilíngue de educação para surdos e sua efetiva implementação em escolas do interior do Estado de Minas Gerais;
- b) refletir sobre o papel, a formação generalista e os limites de atuação dos TILS educacionais com intuito de aperfeiçoar o seu trabalho em benefício da formação acadêmica dos alunos surdos, por meio da revisão crítica de bibliografias e dispositivos legais que tratem acerca da função, formação e regulamentação de condutas de TILS educacionais, sugerindo uma possível formação complementar para os mesmos;
- c) observar a relação entre TILS educacional, professores regentes e alunos surdos matriculados em uma escola da rede pública de ensino, durante aulas de LP, a fim de certificar como as mesmas se estabelecem na prática cotidiana, com delimitação temporal de um semestre letivo;
- d) compreender por meio de entrevistas com os atores sociais que compõem o ambiente escolar e, portanto estão envolvidos com a prática educacional de surdos, as seguintes questões: i) quais as principais barreiras enfrentadas durante o processo de ensino aprendizagem de LP; ii) o diagnóstico necessário para a possível implantação de um modelo de ensino colaborativo da LP escrita para surdos; iii) possibilidades/benefícios assim como os empecilhos/dificuldades da gestão educacional para tal fim.
- e) pesquisar, selecionar e experimentar a eficácia da aplicação de propostas especializadas no ensino de LP como segunda língua para surdos, com o intuito de desvendar estratégias de ensino colaborativo entre professores de LP e TILS educacionais atentos aos princípios da educação bilíngue.

5- REFERENCIAL TEÓRICO

O surdo apresenta dificuldade na aprendizagem do português, dentre outras coisas, porque ele se expressa numa língua de modalidade espaço-visual e escreve em outra modalidade de língua, que é escrita/gráfica. Outro fator que deve ser levado em consideração é o fato de o aluno surdo chegar à escola com um conhecimento mínimo da língua portuguesa – à qual ele, obviamente, não ouve e, portanto, não tem acesso – e com um conhecimento quase nulo da Libras, já que a maioria dos surdos brasileiros tem pais ouvintes e o primeiro contato com essa língua acontece na escola. (BERNARDINO, 2000).

Skliar (1997) já dizia acerca da importância de organizar adequadamente o acesso das crianças surdas às línguas de sinais, pois o contato tardio o restringiria a práticas comunicativas parciais, com consequências negativas para o desenvolvimento cognitivo, e, sobretudo, para o acesso à informação e ao mundo de trabalho.”

O ensino-aprendizagem da segunda língua numa proposta bilíngue de educação para surdos tem sido um desafio tanto para professores quanto para os pesquisadores, na medida em que muitos fatores estão envolvidos, como a diferença na modalidade da primeira e da segunda língua; o fato de que grande parte dos surdos, filhos de pais ouvintes, chega à escola sem conhecimento da língua de sinais; a falta de formação de professores para ensinar aprendizes surdos. Além desses fatores, pesquisas têm analisado a relação que se estabelece entre a língua de sinais e a língua escrita no processo de ensino-aprendizagem de aprendizes surdos (BERNARDINO; PEREIRA, 2020).

Tal análise acerca das especificidades dos alunos surdos revela que “a escrita mapeia o processamento de informação na língua primária, que é a fala para a criança ouvinte e a língua de sinais para a criança surda. [...] Como a criança surda não tem acesso aos sons da fala, esses não servem de auxílio à escrita.” (CAPOVILLA, F.C.; CAPOVILLA, A. G. S., 2004).

Concomitante a ideia acima apresentada, Silva (2018) ressalta a importância do desenvolvimento de habilidades de leitura entre os surdos, já que é por meio da leitura que eles vão adquirir sua L2 e, principalmente, é por meio da língua escrita que vão poder usar a língua majoritária em práticas sociais.

Diferentemente, a aquisição da leitura pelos alunos ouvintes passa por um processo mais natural, pois os mesmos, desde o nascimento, se encontram em um ambiente linguístico favorável. Quando estes ingressam nas séries iniciais do ensino fundamental já são fluentes, oralmente, na LP, sua língua materna. Com isso, ao ingressarem na escola partem diretamente para o aprendizado da modalidade escrita dessa língua, a partir de seus conhecimentos

previamente adquiridos, que serão combinados com técnicas de ensino aprendizagem envolvendo a relação fonemas-grafemas, métodos fônicos, que não combinam com a realidade fisiológica da criança surda.

No contexto brasileiro, de modo geral, os pesquisadores assumem a importância do papel mediador da LS na aquisição da escrita e a autonomia da língua escrita em relação à fala, e/ou ainda discutem as vantagens cognitivas para a criança surda do processo de alfabetização na escrita de sinais para um posterior processo de alfabetização na língua majoritária, por exemplo, Quadros (1997).

O fato de que no Brasil a maioria das crianças surdas vai ser alfabetizada em LP, traz implicações que precisam ser discutidas, considerando especialmente os resultados insatisfatórios obtidos pelas pessoas surdas no desenvolvimento da leitura e da escrita (CAPOVILLA; CAPOVILLA; MACEDO, 2007; SILVA, 2010; SILVA, 2016).

Todavia, a escola que os surdos precisam, defendida no Decreto Federal 5.626/05, e a escola real oferecida aos surdos ainda são bastante distintas. A escola que existe sempre foi monolíngue e adaptar-se a uma proposta bilíngue não é tarefa fácil, e por vezes não é nem mesmo viável. Esse é o grande obstáculo do processo inclusivo dos surdos em salas de aula regulares, pois não basta um decreto para uma transformação efetiva das práticas e da realidade. A legislação pode induzir ações, mas elas só serão eficazes se de fato a condição linguística especial do surdo for compreendida e respeitada, e ações para a criação de uma efetiva escola bilíngue forem implementadas (LACERDA, 2006).

A efetivação de uma educação bilíngue para surdos, principalmente para aqueles que se encontram isolados em escolas do interior do Estado, ainda está longe de ser uma realidade. E, mesmo aqueles que possuem acesso a uma educação bilíngue, mas a família, que possui o poder de decisão em relação à criança, influenciada por pensamentos contrários, ou desconhecadora dos benefícios que essa modalidade educacional pode proporcionar ao seu ente surdo, opta pela educação regular inclusiva ainda nas séries iniciais. Nestes casos os TILS passam a ter um papel indispensável no processo de aquisição tanto da Libras, quanto da LP e portanto, sua atuação, e até mesmo sua formação, devem ser revisitadas.

As demandas atuais de tradução e de interpretação de línguas de sinais no Brasil cruzam fronteiras e abrem novas possibilidades importantes para pensar a atuação dos profissionais que atuam nesses contextos. Esses diferentes espaços de atuação têm instigado diversas iniciativas de pesquisa, a partir de diferentes quadros teóricos e de suas respectivas construções epistemológicas. (LOURENÇO; SANTOS, 2020)

Quadros (2004) orienta que o intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. Mas, as competências e responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas. Segundo a autora, os problemas oriundos da relação professor, aluno surdo e intérprete de Libras, devem ser levadas em consideração ao propormos qualquer tipo de intervenção mais direta do intérprete no processo de ensino aprendizagem de alunos surdos. Assim, é importante refletir sobre uma autonomia direcionada e planejada com todos os envolvidos no processo.

Lacerda (2006) também enfatiza que a responsabilidade pela educação do aluno surdo não pode recair sobre o intérprete, já que seu papel principal é interpretar. É preciso que haja parceria com o professor, propiciando uma atitude colaborativa, em que cada um possa sugerir coisas ao outro, promovendo a melhor condição possível de aprendizagem para a criança surda. Destaca a importância de discussões aprofundadas sobre a capacitação de intérpretes educacionais, já que este ambiente de trabalho se constitui num espaço diferenciado que requer formação e suporte técnico, nem sempre desenvolvidos apenas com a prática. Tal capacitação envolve conhecimento sobre o processo ensino/aprendizagem, sobre a formação de conceitos e a construção de conhecimentos, além da formação linguística implicada no trabalho de interpretação.

6- METODOLOGIA

A proposta se fundamenta no tipo de pesquisa qualitativa. Para Richardson (1989, p. 38), "O método qualitativo difere em princípio do método quantitativo porque não usa ferramentas estatísticas como base para analisar o processo do problema." No entanto, Lakatos e Marconi (1991) definiram a pesquisa qualitativa como um método de pesquisa empírica, cujo objetivo principal é resumir ou analisar as características dos fatos e avaliar procedimentos. Para isso, são utilizadas várias técnicas, como entrevistas, questionários, formulários, etc.

Nesse intuito, o projeto de dissertação prossegue com pesquisa de campo, com emprego de método hipotético-dedutivo. Será utilizada a técnica de estudo de caso a partir da observação de alunos surdos, atendidos por TILS, incluídos em escolas comuns da rede pública de ensino durante aulas de LP. Segundo Vergara (2005), o estudo de caso é um tipo de pesquisa que busca profundidade e detalhamento. Segundo Gil (2008), a principal característica dos estudos de caso é o estudo aprofundado e detalhado de um ou vários objetos, para que tenham um conhecimento amplo e detalhado.

O método de coleta de dados que será utilizado neste estudo será a aplicação de questionários, relatos de sala de aula e realização de entrevistas com todos os envolvidos diretamente e indiretamente no processo de ensino aprendizagem de LP por estudantes surdos, como: TILS, professores de LP, professores de Sala de Recursos, equipe pedagógica e alunos surdos incluídos. Essa avaliação terá a finalidade de levantar dados acerca dos diferentes olhares sobre o aprendizado de LP escrita por alunos surdos.

Pretende-se experimentar a aplicação de técnicas de ensino de LP como L2 para os alunos surdos, previamente pesquisadas e selecionadas, através de trabalho colaborativo entre o TILS educacional e o professor regente, durante as várias aulas regulares de LP oferecidas à classe comum. Buscando tornar essas aulas momentos produtivos também para os alunos surdos, e não mais desperdiçá-las através da execução de atividades inúteis aos mesmos, que não atendem às suas especificidades e necessidades de aprendizado.

O resultado esperado é que as aulas de LP oferecidas aos alunos surdos incluídos em escolas comuns se atentem para os princípios da educação bilíngue, e, portanto, sejam eficazes, e ainda que a participação dos TILS educacionais nesse processo seja bem-sucedida. Deste modo, pretende-se amenizar as mazelas oriundas da educação inclusiva, promovendo o efetivo ensino da língua majoritária, cujo domínio é tão importante para que eles tenham êxito na sociedade de maioria ouvinte.

7- REFERÊNCIAS

BERNARDINO, Elidéa L. **A construção da referência por surdos na Libras e no português escrito: a lógica do absurdo**. Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos. Belo Horizonte: UFMG/ FALE, 1999.

BERNARDINO, Elidéa L.A. **Absurdo ou lógica? a produção linguística do surdo**. Belo Horizonte: Editora Profetizando Vida, 2000.

BERNARDINO, Elidéa L. A., PASSOS, Rosana, DRUMOND, Marianna F. **Curso de produção textual e prática do português para surdos: um projeto de extensão**. Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

BERNARDINO, E. L. A.; PEREIRA, M. C. da C. **Desafios no Ensino-Aprendizagem da Segunda Língua Numa Proposta Bilíngue de Educação Para Surdos**. Línguas & Letras, [S. l.], v. 20, n. 48, 2020. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/23943>. Acesso em: 5 jun. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Sinopses estatísticas da educação básica**, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 04 set. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 14191 DE 03 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

CAPOVILLA, F.C.; CAPOVILLA, A. G. S. **O desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética na educação bilíngue do surdo congênito**. In: RODRIGUES, C; TOMICH, L. M. et. al. **Linguagem e cérebro humano: contribuições multidisciplinares**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. p.19-51.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LACERDA, Cristina B. F. de. e POLETTI, Juliana E. **A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais**. UNIMEP GT: Educação Especial /n.15 Agência Financiadora: FAPESP, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LOURENÇO, Guilherme; SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais: questões contemporâneas**. Rio de Janeiro: Revista Espaço, 2019.

MAYBERRY, Rachel. **When timing is everything: age of first language acquisition effects on second language learning**. Applied Psycholinguistics, 28 (2007), 537-549.

PEREIRA, M. C. C. **Aquisição da língua portuguesa escrita por crianças surdas**. Anais do Simpósio Internacional de Ensino da Língua Portuguesa –SIELP. v. 1, n. 1. Uberlândia, MG: EDUFU, 2011b, p. 610-617.

QUADROS, Ronice Müller, SCHMIEDT, Magali L.P. **Ideias Para Ensinar Português Para Alunos Surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SILVA, G. M. **Transitando entre a Libras e o português na sala de aula: em busca de estratégias visuais de ensino da leitura**. RevistaX, Curitiba, vol. 13, n. 1, p. 206-229, 2018.

SKLIAR, Carlos. **Educação e exclusão: Abordagens socioantropológica em educação especial**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.